Poluição inflacionária

O Globo 28/08/2000

RUBENS PENHA CYSNE

A inflação causada pelo Governo, resultante do excesso de gastos e emissão monetária desenfreada, já não preocupa tanto. Cabe agora tratar com mais afinco da inflação causada pelo setor privado. A inflação dada pela elevação do custo, para o cidadão comum, para poder usufruir de praias, ruas, rios e baías não poluídos, do direito de ir e vir sem violência etc. O custo de se obterem estes bens tem subido, e muito. E o bem-estar caído, e muito. Particularmente no Rio de Janeiro.

Trata-se, em última instância, da inflação causada pelo falta de anuência ao princípio básico do respeito ao próximo. Economistas poderiam chamá-la de inflação das externalidades, palavra que traduz malefícios oriundos de ações de terceiros. Ou de inflação extra-mercado, tendo em vista que paz, sossego ou rios e baías limpos não se compram em mercados. E, por não se comprarem em mercados, não se computam nos índices usuais de preços.

Visto de outra forma, pode-se medir indiretamente esta inflação não captada pelos índices em função da renda adicional que seria necessária para se restabelecer o nível de bem-estar que se teria se tais direitos básicos fossem realmente garantidos aos indivíduos (ainda que, tecnicamente, trate-se esse de um índice de queda de bem-estar, e não propriamente de um índice de preços).

> Quanto se perde em bem-estar por ter de passar todo um domingo dentro de casa?

Os economistas sabem hoje em dia muito mais sobre o custo de bem-estar da inflação do que sobre o custo de bem-estar da poluição, da corrupção ou da violência. A inflação média brasileira, entre 1947 e 1995, situou-se em torno de 95% ao ano. Esta inflação gerou uma arrecadação média anual, de imposto inflacionário, para o Governo, em torno de 2,2% do PIB.

Entretanto, esta arrecadação foi altamente ineficiente para o país. De fato, o seu custo social médio anual (mensuração de Simonsen e Cysne, 1995) situou-se em torno de 2,8% do PIB. Ou seja, para cada real arrecadado, mais de um real era socialmente desperdiçado. Isto, sem levar em conta os efeitos nocivos da variação de preços sobre a distribuição de renda.

Infelizmente, não há ainda suficientes estudos técnicos, desta natureza, sobre os custos de bem-estar da violência, da corrupção e da poluição.

Este é um assunto que deveria receber prioridade por parte da profissão de economia. Precisamos de mais quantificação nestas áreas. Não apenas dos custos diretos, decorrentes da queda do turismo, da pesca, etc. Mas, também dos custos indiretos, aí incluindo os custos da queda de bem-estar de se viver atrás de grades, de não se poder freqüentar, ou mesmo admirar, uma praia saudável, de se olhar com tristeza para rios e baías poluídos etc. Quanto se perde em bem-estar quando uma família é obrigada a passar todo um domingo dentro de casa, com medo do simples ato de ir e vir, e desanimada por causa de uma praia poluída? E a queda de bem-estar devida à simples preocupação, dia a dia, de ocorrer alguma coisa com aqueles a quem se quer bem?

Quando formos capazes de mensurar tais custos de bem-estar, ainda que apenas aproximadamente, certamente concluiremos, tal como fizemos com a inflação, que se trata de uma política burra não enfrentar tais problemas de frente, o mais rapidamente possível, e com todos os recursos materiais e políticos possíveis. Tratam-se estas de áreas cujos retornos sociais parecem se encontrar bem acima da percepção tanto de técnicos quanto de políticos.

RUBENS PENHA CYSNE *é professor da FGV e Visiting Scholar da Universidade de Chicago.*